

ANA LUIZA MIRANDA BRITO

*Matrícula 12011ECO042*

Certificações socioambientais: principais desafios e potencialidades da adoção  
na cafeicultura do Cerrado Mineiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2024

ANA LUIZA MIRANDA BRITO

*Matrícula 12011ECO042*

Certificações socioambientais: principais desafios e potencialidades da  
adoção na cafeicultura do Cerrado Mineiro

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Benzaquen Perosa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LUIZA MIRANDA BRITO

*Matrícula 12011ECO042*

Certificações socioambientais: principais desafios e potencialidades da  
adoção na cafeicultura do Cerrado Mineiro

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 11 de abril de 2024

---

Prof. Dr. Bruno Benzaquen Perosa

---

Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus

---

Prof. Dr. Filipe Prado Macedo da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro momento, gostaria de agradecer aos meus pais, Luciane e Idjon, e minha irmã Júlia, que não mediram esforços para me apoiar e me incentivar ao longo. Sem vocês, nada disso seria realidade.

À minha família, avós (mesmo que alguns não fisicamente presentes), tios, primos e cunhado, que foram suporte durante todos esses anos que estive na universidade. Não poderia deixar de mencionar o Arthur, que esteve comigo e torceu por mim desde o dia um.

Aos meus amigos, sejam aqueles que já faziam parte da minha vida antes de ingressar no curso ou aqueles que conheci ao longo dos semestres, vocês foram essenciais para que momentos desafiadores se tornassem leves e possíveis.

Um agradecimento aos professores que fizeram parte de minha graduação e ao meu orientador, professor Bruno Perosa.

Por fim, gostaria de agradecer aos membros da banca de defesa pela disponibilidade e contribuição no meu trabalho.

## RESUMO

Com as mudanças ocorridas na cadeia produtiva do café e os novos padrões de consumo desse produto no mundo, o setor produtivo vem buscando o estabelecimento de novos meios de governança em busca de uma coordenação mais eficiente. Diante disso, observou-se o surgimento de associações de representação e a ascensão das certificações socioambientais para o café. As certificações estão atreladas a rastreabilidade do produto e demonstram uma forma de governança elaborada para atender a complexidade e especificidade dos ativos transacionados. A partir dessa estrutura de governança, implicações relacionadas aos custos de transação são mitigadas, tais como a racionalidade limitada, incerteza e oportunismo. O presente estudo buscou analisar os principais desafios e oportunidades que o cafeicultor da Região do Cerrado Mineiro encontra ao buscar pela adequação às normas das certificações socioambientais. Para atingir esse objetivo, o trabalho se apoiou em revisão da literatura, coleta de dados e entrevistas com produtores e agentes-chave atuando na representação do setor. As entrevistas revelaram que características dos produtores podem influenciar a decisão de certificar. Aqueles com motivações além do prêmio de preço, como gestão e melhor manejo de recursos naturais, prosseguiram com o processo de adequação às normas. Outro ponto revelado é a importância das cooperativas no incentivo e disseminação de informações a respeito das certificações socioambientais no Cerrado Mineiro, se tornando agentes impulsionadores para que a região esteja, cada vez mais, presente nos mercados que valorizam a rastreabilidade da produção.

**Palavras-chaves:** certificações socioambientais; cafeicultura; Cerrado Mineiro; assimetrias de informação

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIC – Acordo Internacional do Café

CARPEC – Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba

CARMOCER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado da Região de Carmo do Paranaíba

COAGRIL – Cooperativa Agrícola de Unaí

Coopadap – Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba

CACCER – Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado

DO – Denominação de Origem

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

EUDR – *European Union Regulation for Deforestation-Free Products*

FLO – *Fairtrade International*

IBC – Instituto Brasileiro do Café

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

NEI – Nova Economia Institucional

P&D – Pesquisa e desenvolvimento

RCM – Região do Cerrado Mineiro

SCAA – *Specialty Coffee Association of America*

UE – União Europeia

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> A cadeia do café no Cerrado Mineiro.....	21
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 1: SÍNTESE DO PERFIL DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS.....35**



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2. GOVERNANÇA, INFORMAÇÃO E INFLUÊNCIA NOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
2.1. Teoria dos Custos de Transação.....	13
2.3. Economia da Informação, bens de crença, direitos de propriedade e diferenciação de commodities.....	18
<b>3. A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ</b> .....	<b>20</b>
3.1. A cadeia do café no cerrado mineiro .....	21
3.2. As cooperativas no Cerrado Mineiro .....	24
3.3. Organização e coordenação da cadeia produtiva de café no cerrado mineiro .....	24
3.4. Mecanismos de monitoramento na produção de café .....	25
<b>4. AS CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS</b> .....	<b>26</b>
4.1. Principais certificações .....	28
4.2. As certificações na cafeicultura brasileira .....	31
<b>5. ESTUDO DE CASO: MOTIVAÇÕES PARA ADOÇÃO DE CERTIFICAÇÕES POR PRODUTORES DA COOCACER ARAGUARI</b> .....	<b>33</b>
5.1. A Cooperativa .....	33
5.2. Entrevistas.....	34
5.3. Entrevista com a diretora executiva da Coocacer .....	35
5.4. Entrevistas com produtores rurais.....	36
<b>6. CONCLUSÕES</b> .....	<b>43</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A região do cerrado mineiro começa a destacar na produção de café a partir de 1969, em um momento de modernização das técnicas de cultivo do café e após a geada que atingiu o Paraná e São Paulo, regiões protagonistas na cafeicultura. Essa movimentação, além de ser causada pelo choque climático, também foi impactada pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, implementado em 1974, que buscava diminuir o número de plantações em áreas passíveis de geadas através da concessão de crédito. Outro ponto importante é o aumento de pesquisas científicas, que possibilitou uma maior inovação em diversos pontos, como mecânicas e físico-químicas, proporcionando cuidado ao solo do cerrado, que é estruturalmente pobre para cultivar café. Assim, a produção cafeeira do cerrado mineiro deixa de ser voltada para o consumo próprio e passa a ter natureza exportadora (Ortega & Jesus, 2011).

No início da década de 90, ocorre mudanças no setor do café, iniciado pelo fim do Acordo Internacional do Café (AIC) e pela desregulamentação setorial que atingiu a maior parte das cadeias agroindustriais brasileiras, o que gerou uma nova rota para o café no país. Com isso, há uma melhora gradual da competitividade do setor, que, de maneira geral, passa a valorizar a qualidade, partindo do consumidor, tanto interno, quanto externo. A partir dessa situação, a movimentação das cooperativas de café no Triângulo Mineiro ganha força, principalmente com a criação do Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado (CACCCER), que uniu diversas cooperativas e associações com o intuito de ter o reconhecimento e maior organização para atender os interesses dos cafeicultores da região (Ortega & Jesus, 2011). Esse fator fez com que os produtores fossem impulsionados pela demanda voltada para os produtos de qualidade, passando a atentar com a questão socioambiental que envolve a produção cafeeira, os quais são proporcionados pelas certificações agrícolas (Guimarães, Souza & Schiavi, 2020).

Dessa forma, o processo de certificação é definido pela economia como uma maneira de reduzir as assimetrias de informação, conceito bastante discutido e que será explorado a seguir. A priori, é interessante ter a consciência de que a busca pela diminuição das

assimetrias por meio da certificação permite a diferenciação de produtos, podendo gerar mais lucros nos produtos.

A presente pesquisa parte do problema “Quais os principais desafios e potencialidades da adoção de certificações socioambientais na cafeicultura do Cerrado Mineiro?”. Considerando a crescente demanda por certificações e tendo o cerrado mineiro como um dos principais cenários para essa demanda, acredita-se que este é o caminho mais viável para a transmissão de informações de qualidade importantes para os produtores de café.

Pretende-se abordar a problemática envolvida em definir os principais desafios e pontos positivos na adoção das certificações socioambientais nas plantações de café localizadas no Cerrado Mineiro, uma das regiões com maiores números de certificações no país. Diante disso, as associações, como o caso da CACCER, possuem um papel essencial na análise, tendo em visto que impulsionam uma maior coordenação no meio da cafeicultura.

Ademais, deve-se considerar particularidades dos próprios produtores, como o nível de educação, e incentivos proporcionados pelo mercado, pontos que influenciam na trajetória enfrentada pelos produtores para adquirir determinada certificação. Portanto, através da consideração desses fatores, busca-se compreender os ganhos e custos enfrentados pelos produtores de café, especificamente do cerrado mineiro e que participam de cooperativas, para que seja possível concluir o que é determinante para a busca pela certificação.

O presente estudo parte da revisão bibliográfica teórica sobre a Nova Economia Institucional (NEI), explorando conceitos como as estruturas de governança, as alianças estratégicas e a economia da informação. Posteriormente, a revisão aplicada foi destinada a compreensão de pontos como a cadeia produtiva do café, as cooperativas do Cerrado Mineiro, bem como sua forma de organização, os mecanismos de monitoramento e, por fim, um enfoque nas certificações socioambientais. Além disso, por meio de entrevistas com produtores de café certificados ou não e com a diretora executiva da Coocacer Araguari, foram coletadas informações significantes para os resultados obtidos.

Metodologicamente, o presente estudo se apoiou em coleta de dados primários e secundários. Além da revisão de artigos, livros e relatórios sobre o setor, buscou-se validar

tais informações com dados primários por meio de entrevistas, realizadas junto a lideranças e agricultores vinculados a cooperativa Coocacer Araguari, localizada no triângulo mineiro. A escolha por essa localizada foi dada por sua relevância na região, bem como a movimentação para incentivo aos seus produtores adequarem aos escopos dos selos socioambientais. No primeiro momento, sua realização ocorreu em conjunto com uma representante da cooperativa, que é ponto importante das estratégias de impulsionamento para adoção de certificações na cooperativa. Além disso, buscou-se compreender a visão sobre o tema dos produtores inseridos na Coocacer. Nesse caso, foram entrevistados dois certificados e dois não certificados para compreensão de como os selos podem influenciar em sua produção e as motivações para a opção de adotá-los ou não. Em todos os casos, foram utilizados um roteiro pré-definido (Anexo A), buscando analisar o perfil dos entrevistados e suas visões a respeito do tema.

O presente estudo conta com seis seções, além dessa introdução. Na seção 2, a revisão teórica buscou sintetizar teorias do âmbito das ciências econômicas fundamentais para a compreensão da importância das certificações agrícolas na minimização dos custos de transação de cafés. A seção 3 teve o objetivo de analisar a cadeia produtiva do café, principalmente através de sua organização, da presença de cooperativas no Cerrado Mineiro e os mecanismos de monitoramento do setor. Já a seção 4 abordou o papel das certificações socioambientais no mercado, em especial, aquelas que são utilizadas na cafeicultura brasileira. Na seção 5 foi apresentado o estudo de caso, fundamentado nas entrevistas com a diretora executiva da Coocacer Araguari e com produtores rurais certificados e não certificados, buscou-se analisar as percepções e motivações implícitas na decisão acerca de certificar ou não, além de analisar a atuação e perspectiva da cooperativa em relação ao tema. A seção 6 apresentou as conclusões desse estudo.

## **2. GOVERNANÇA, INFORMAÇÃO E INFLUÊNCIA NOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO**

A seguir, serão abordadas teorias que fundamentam a importância das certificações agrícolas para minimizar os custos de transação envolvidos na troca. Diante disso, o presente trabalho passará por conceitos fundamentais da Nova Economia Institucional (NEI) e sua

relação com a governança, as alianças estratégicas e a economia da informação. Serão discutidos os desafios existentes na economia de informação, como a assimetria de informações e o oportunismo, explicitando a necessidade de contratos e estruturas de governança. Ademais, é destacada a importância das certificações, abrangendo o conceito de bens de crença e direitos de propriedade. Por fim, discute-se a aplicação desses conceitos no contexto das commodities, especialmente em relação aos debates sobre o impacto das certificações nos pequenos produtores, diferenciação e na dinâmica do setor.

## **2.1. Teoria dos Custos de Transação**

Anterior a discussão proposta por Ronald Coase, a teoria neoclássica considerava na análise econômica detalhada apenas os custos de produção, aqueles relacionados à produção de algum bem. Todavia, a Nova Economia Institucional (NEI), proposta inicialmente por Coase (1937), em “A Natureza da Firma”, busca abordar além dos mercados, atendendo também ao conceito de empresa que seja coerente à realidade, e, com isso, introduz a questão dos custos de transação. Esses custos são resultantes da divisão do trabalho e são relacionados ao ato de compra e venda, regido por um contrato (Fiani, 2002). Assim, os custos de transação surgem a partir dos comportamentos fundamentais da racionalidade limitada e do oportunismo (Williamson, 1989).

A racionalidade limitada está ligada ao fato de que os agentes realmente agem de forma racional, contudo, o ambiente possui a complexidade de não ser possível prever todas as opções e consequências das opções tomadas, o que gera um ambiente rodeado por incertezas e complexidade. A incerteza é dada pelo fato de eventos futuros não poderem ser previstos com exatidão, enquanto a complexidade advém dos possíveis desdobramentos que envolvem a transação e as decisões tomadas pelos agentes durante o processo (Simon, 1978). Assim, define-se as assimetrias de informações como consequência da racionalidade limitada, incerteza e complexidade. Essas assimetrias são definidas como as diferenças de informações entre as partes envolvidas em um contrato, que atingem o resultado final da transação (Fiani, 2002).

Já o oportunismo se refere a ações não previstas devido a assimetria de informações e a racionalidade limitada do outro agente para atender os interesses próprios, o que muitas vezes acontece de maneira não ética. Como exemplo, pode-se citar ocultação de informações sobre insumos, o que impossibilita ao comprador definir se o preço está de acordo com o que

lhe é oferecido. Ou seja, o oportunismo é vinculado a manipulação das assimetrias de informação, utilizadas para favorecer uma parte. Diante desta problemática, surge a necessidade de contratos, que busquem controlar a intensidade do oportunismo e coordenar as ações dos agentes envolvidos nas transações (Fiani, 2002; Simon, 1978).

Além dos fatores supracitados, outro fator determinante dos custos de transação é a questão da especificidade dos ativos, o que pode levar a um relacionamento exclusivo entre fornecedor e comprador. Um exemplo seria quando o fornecedor for o único a produzir determinado insumo cria uma relação de dependência por ele, o mesmo ocorre quando há um único comprador para um insumo (Williamson, 1989). Assim, são definidas quatro categorias de especificidade de ativos: locacional, física, capital humano e ativos dedicados (Fiani, 2002).

A *especificidade locacional* é relacionada à busca pela diminuição ao máximo de custos de estocagem e transporte, ou seja, é aquela que impõe um limite geográfico favorecendo lugares com a infraestrutura necessária. Já a *especificidade física* diz respeito ao design que pode reduzir o valor do ativo, como o caso de máquinas específicas. Em relação ao *capital humano*, define-se importante principalmente em atividades *learning by doing*, em que para a produção do bem é necessário que tenha *know-how*, como o caso de áreas de pesquisa e desenvolvimento. Por fim, os *ativos dedicados* correspondem a aqueles específicos para a produção de um produto, como é o caso de fábricas que dedicam sua produção inteiramente para uma montadora de automóveis (Fiani, 2002).

Como dito anteriormente, os contratos surgem para evitar que ocorra problemas advindos de racionalidade limitada, incerteza, complexidade, especificidade dos ativos, mas, principalmente, oportunismo possam interferir nas relações presentes na cadeia produtiva. (Fiani, 2002). Em síntese, os contratos são uma maneira para que as assimetrias de informação sejam reduzidas quando utilizados para situações ajustadas aos custos de transações envolvidos.

Diante disso, Fiani (2002) classifica os contratos em quatro tipos que são voltados para diferentes disposições dos custos de transação: contratos que definem no presente uma performance no futuro, sendo inviável para situações que envolvem complexidade; contratos de cláusulas condicionais, que definem no presente uma performance futura, mas com definição de eventos que possam ocorrer; contratos de curta duração, para transações

imediatas; contratos de hoje para que no futuro possa selecionar uma performance dentre as estipuladas, o que estabelece uma relação de autoridade (Fiani, 2002).

Em complemento à teoria originalmente proposta por Coase, Barzel (1982) defende que os agentes se envolvem em processo de trocas caso percebam que o item recebido é de considerado com mais utilidade que o item dispendido, ou seja, quando são beneficiados pela assimetria de informação. De forma a evitar ações oportunistas explorando as assimetrias informacionais, é essencial que esses itens sejam mensurados, essa mensuração e a informação necessária para que ela ocorra não devem ter seus custos ignorados (Barzel, 2001).

Diante dessa afirmação, Barzel (2001) argumenta que as transações mencionadas *ex-ante* necessitam de uma troca de informações que geram custos. Por isso, o custo de transacionar entre os agentes é determinado pelo grau de dificuldade de mensurar as informações. Assim, as transações que possuem atributos mensuráveis têm a possibilidade de serem governadas de forma mais eficiente por contratos. Já as que são de difícil mensuração, como as mais subjetivas, geralmente são melhor coordenadas em relações de longo prazo. Com isso, quanto mais o custo de mensuração diminui, maior o número de atividades conduzidas pelo mercado, o que leva a menor quantidade de atividades a serem desenvolvidas dentro da firma (Barzel, 2001).

Assim, para a questão das *commodities*, deve-se levar em consideração que, quanto menor o custo de mensuração de atributos, torna-se mais atrativa a transação por contratos. Contudo, questões como “sabor” são subjetivas e necessitam de mais informações, por isso, em grande maioria, não são realizadas por contratos, mas sim por relações de longo prazo com a presença de pontos como a reputação dos vendedores e as confianças neles depositadas (Barzel, 2001).

Ademais, outro ponto apresentado pelo autor é sobre os direitos de propriedade, que define os direitos legais são responsabilidade do Estado e a relação é dada pelos contratos e acontecem no mercado. Já os direitos econômicos dependem da ação de terceiros ou do indivíduo e ocorre dentro das próprias organizações. Portanto, são definidos mecanismos de controle incluindo as relações de risco, sendo eles: relações contratuais garantidas pelo Estado; relações governadas pelas organizações; relações no mercado spot e de leilões; relações de longo prazo (Barzel, 2001).

Barzel define que os mecanismos de controle são estabelecidos a partir de uma série de fatores, como por exemplo: a qualidade do contrato garantido pelo Estado; o número de intermediários pelos quais as informações passam; o custo de formação de relações de longo prazo; o custo de se mensurarem os atributos transacionado (Barzel, 2001).

Diante disso, pode-se sintetizar que a teoria dos custos de transação surge como uma mudança da análise da firma, buscando reformar e complementar a visão neoclássica. A NEI considera instituições de valores, normas jurídicas, legais e firmas. Com isso, é possível realizar uma análise mais aprofundada, já que antes não considerava os custos envolvidos na transação, apenas o de produção. Posteriormente, a teoria dos custos de mensuração surge não para substituir a anterior, mas sim para complementar e proporcionar uma análise mais aprofundada da questão das firmas e das relações dadas nas etapas de uma cadeia produtiva.

## 2.2. Governança e alianças estratégicas

Como apresentado, fatores como a racionalidade limitada, complexidade, incerteza, oportunismo e especificidade dos ativos influenciam nos custos de transações. Assim, surge a necessidade de diferenciar as formas que as transações ocorrerão de acordo com o nível de especificidade do ativo e, com isso, assegurar seu acontecimento. Dessa forma, são definidas as diferentes estruturas de governança, ou seja, regras as quais os componentes diretamente envolvidos na transação entram em acordo para a garantia de seu funcionamento.

Diante disso, Williamson (1989) define três formas básicas (“ideais”) de estruturas de governança. A primeira, chamada de governança pelo mercado, é aderida em transações não específicas e, em grande parte, recorrentes, o que não necessita de esforço para sua manutenção. Outra governança considerada pelo autor é a trilateral, em que se exige uma terceira participação para resolução de possíveis problemas, sendo adequada para transações ocasionais mistas ou específicas.

Por fim, há a governança específica de transação, que, assim como a nomenclatura, envolve ativos sem um padrão, fator o que eleva os riscos e a possibilidade de conflitos. Nesses casos, é comum que ocorra uma recorrência, a qual leva a possível seguimento de uma das seguintes estruturas. A primeira é um contrato de relação, mantendo a autonomia dos participantes. A outra é definida por uma estrutura de empresa, unificada e com hierarquia, que aumenta em situações de maior especificidade do investimento (Fiani, 2002).



Outro conceito essencial para a presente análise são os relacionados às alianças estratégicas, que consistem em estratégias cooperativas formadas a partir da conciliação de seus recursos e capacitações com a finalidade de gerar vantagem competitiva, como por exemplo, o compartilhamento de capacitações entre os parceiros definidos na formação da aliança (Hitt, 2011).

Assim, o Hitt (2011) define três tipos de alianças estratégicas que podem surgir: *joint venture*, que consiste na criação jurídica de uma terceira empresa a partir da aliança de duas ou mais empresas; aliança estratégica com diferentes participações acionárias, em que duas ou mais empresas detém porcentagens diferentes da firma que adquiriram; e aliança estratégica sem participação acionária, consideradas menos formais e com menos compromissos, já que não constituem uma empresa distinta (Hitt, 2011).

Ademais, é importante destacar as motivações que podem levar ao desenvolvimento das alianças estratégicas e, em sua maioria, está atrelada ao ciclo do mercado em que a atividade está inserida. No ciclo lento, as motivações são dadas pela obtenção de acesso a um mercado restrito, estabelecimento de franquias e manutenção da estabilidade. Já em ciclos rápidos, as alianças ocorrem por fatores como compartilhar os altos riscos e incertezas, dividir despesas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), acelerar a entrada em novos mercados e o desenvolvimento de produtos. Por fim, em ciclos-padrão as alianças acontecem com o pretexto de conquistar poder, ter acesso a recursos, instituir economias de escalas melhores e adquirir técnicas de negócios melhores (Hitt, 2011).

Tigre (2006) apresenta novos conceitos em relação às alianças estratégicas: redes hierarquizadas e não hierarquizadas. De maneira geral, as redes buscam aumentar as economias de escala e escopo, ampliar mercados e acelerar o processo de inovação e tecnologia e, por isso, possibilita manter a abrangência da atuação no mercado ao se especializar em competências centrais (Tigre, 2006).

O primeiro caso, de redes hierarquizadas, é ligado ao fato de a coordenação ser dada por uma empresa âncora, com distribuição desigual dos benefícios e com dificuldade em se deslocar na posição hierárquica. Elas podem ser comandadas por produtores, compradores e fornecedores de insumos ou tecnologia. Já as redes não hierarquizadas, também conhecidas como horizontais, como o próprio nome presume, não possuem uma hierarquia clara, podendo ser coordenadas por mecanismos de mercados ou organizações de suporte. São mais

difíceis de serem consolidadas e esse fator é dado, por exemplo, pelo imediatismo e individualismo (Tigre, 2006).

Além desses fatores, a *coopetition* vem sendo cada vez mais utilizada e diz respeito a atuação dos ideais cooperativos e competitivos concomitantemente. Assim, ela pode ocorrer em diversos níveis de interação, principalmente quando possuem relações horizontais, já que as participantes competem em algumas atividades ao mesmo tempo que cooperam em outras (Bengtsson & Kock, 2014).

Mesmo apresentando benefícios, as alianças estratégicas também são passíveis a riscos, o que pode justificar o alto índice de fracassos nas alianças. Dentre eles, como por exemplo, a busca por adquirir do máximo de conhecimento tácito de sua aliança, caracterizada por oportunismo, apresentado anteriormente. Além disso, outros riscos possíveis são: manutenção de parceiros reféns de investimentos específicos, representação enganosa das competências e a não utilização dos recursos complementares (Hitt, 2011). Novamente, a situação reforça a importância de manter contratos nas transações.

### **2.3. Economia da Informação, bens de crença, direitos de propriedade e diferenciação de commodities**

As situações apresentadas anteriormente envolvendo oportunismo, racionalidade limitada, complexidade e incerteza pode originar a problemática da assimetria de informações, a qual foi analisada inicialmente pelo economista estadunidense George Akerlof na sua obra *“The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and Market Mechanism”*, de 1970. Nela, Akerlof analisa o mercado de carros usados dos Estados Unidos, no qual um carro ruim é chamado de “limão”, análoga à expressão brasileira “carro abacaxi”. Assim, o autor analisa as questões que envolvem as informações assimétricas sobre a qualidade de um produto utilizando o mercado de carros (Akerlof, 1970).

Nessa análise, Akerlof parte do pressuposto que há quatro tipos de carros: um novo que pode ser bom (cereja) ou ruim (limão), ou velho, que pode assumir as duas características citadas, cereja ou limão. A compra de um carro novo não implica na compra de um carro bom, porém essa suposição é de maior probabilidade, o que não ocorre no mercado de carros usados. Dado que o vendedor do carro usado possui mais informações sobre a qualidade do veículo negociado do que o comprador.

Mas para além da questão do mercado de carros analisado, o principal ponto explorado pelo autor é a questão da assimetria de informações. Ela é dada em acordos que uma das partes envolvidas não possuem clareza da qualidade do que está sendo adquirido no acordo, podendo ser tanto a compra de um produto, bem como a contratação de um trabalhador. Além disso, a assimetria de informações pode levar ao perigo moral, que é dado quando o contrato altera os incentivos de comportamento do agente e suas ações não podem ser monitoradas.

É importante considerar que, para que seja reduzida a assimetria de informações, deve haver sinalizações, as quais geram custos, mas são capazes de reduzir a diferenciação entre informações sobre o produto entre os agentes da ação. No caso do carro, por exemplo, as sinalizações são dadas por ano, quilometragem, o fato de ter sido submetido a acidentes (Akerlof, 1970). Assim, no caso dos mecanismos de certificação agrícola, há uma asseguração da qualidade do produto que está sendo negociado. Porém, o valor dos carros bons e dos “limões” tendem a ser o mesmo, já que o comprador não consegue diferenciar os produtos. Essa teoria é capaz de explicar a motivação dos carros sofrerem uma desvalorização ao saírem da concessionária. Já que seria vantajoso vender um “limão” pelo valor de um novo e comprar outro com maior probabilidade de ser bom (Akerlof, 1970).

A partir da ideia de que produtos são mensurados de maneiras diferentes, Barzel (1982) define três categorias relativas ao modo de mensuração, relacionando a estruturas específicas para cada caso. A primeira é baseada no fato de que as informações essenciais para a transação são acessíveis anteriormente ao acordo do contrato e, com isso, não possuem questões relacionadas à assimetria de informações, nem mesmo necessitam de arranjos institucionais complexos, fazendo com que sejam reguladas pelo mercado spot. Outra categoria proposta é sobre casos em que as informações podem ser acessadas após a transação ou consumo, o que aumenta a dificuldade de escolha do comprador, tendo em vista a dificultosa mensuração. Nesse caso, a existência de um arranjo institucional específico diminui custos na transação (Perosa, 2007).

Por fim, o autor define as transações com informações de difícil acesso inclusive após o consumo, definidas como "bens de crença". Nelas, a mensuração dos atributos é extremamente complicada, fazendo com que a assimetria se torne, de fato, algo custoso e insolúvel, resultando produtos com atributos não mensuráveis. Assim, torna-se necessária a estrutura de governança específica, coordenada e integrada, ou a adoção de certificações,

monitorada por uma terceira parte. Portanto, é importante que o processo de produção seja acompanhado, monitorado, com a finalidade de observar a veracidade das características acordadas. É necessário que seja ressaltado que tanto a governança específica, quanto a utilização de certificações, são fatores que elevam os custos de transação (Perosa, 2007).

Além do conceito de bens de crença, a garantia dos direitos de propriedade é um ponto importante no que tange a governança de transações econômicas, já que são consideradas uma troca de direitos. Essa troca, por sua vez, é definida por Barzel (2001) como a capacidade, referente às expectativas, de se favorecer, ou desfavorecer outros agentes, em relação à transação de bens e serviços. Diante disso, a determinação dos direitos de propriedade é observada pela ótica macro-regulatória, garantida pelo sistema jurídico) e pela ótica micro privada, relativa à manutenção dos direitos e criação de mecanismos de difusão da informação por meio dos contratos e demais estruturas de governança privadas (Barzel, 2001; Perosa, 2012).

Em relação a commodities, é possível caracterizá-los como produtos não diferenciados, os quais são transacionados em bolsas de valores. Diante disso, o debate expande para a possibilidade de que esses produtos "padronizados" sejam diferenciados com base nas certificações. Quem discorda do mecanismo, acredita que não é atrativo para pequenos produtores e aumentaria ainda mais a disparidade no setor, tendo em vista que os produtores que optariam pelas certificações são aqueles que já desenvolvem um trabalho notável. Todavia, o mecanismo é defendido por aqueles que acreditam que a adoção de certificações, de modo geral, incentivaria o setor a adotá-las, resultando em práticas melhores e ganhos no setor (Amaral, 2010).

Ademais, as certificações desempenham o papel de instrumento de coordenação, o que reduz as assimetrias de informações entre os agentes da cadeia produtiva. E, por ser um meio de monitoramento mais delineado e elaborado, diminuí as incertezas, que estão relacionadas a elevação do risco de atitudes oportunistas.

### **3. A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ**

A partir da definição da funcionalidade voltada para utilização das certificações socioambientais nas cadeias produtivas com base na NEI, a seguir, será abordada a cadeia produtiva do café no cerrado mineiro, destacando suas diversas etapas, que caracterizam sua

complexidade, e a organização. Serão explorados os setores a montante, responsável pelo fornecimento de insumos essenciais, como máquinas, equipamentos e fertilizantes, seguido pelo setor agrícola, que engloba a produção do café propriamente dita. Em seguida, será abordado o setor a jusante, envolvendo o processamento, transformação, distribuição e consumo do café. Além disso, serão discutidos os serviços de apoio fundamentais em todas as etapas da cadeia produtiva do café. A evolução das cooperativas na região será tratada, assim como sua contribuição para a valorização e organização dos produtores. Por fim, os mecanismos de monitoramento na produção de café, com foco nas certificações, serão analisados, ressaltando sua importância para garantir a qualidade e a transparência na cadeia produtiva.

### 3.1. A cadeia do café no cerrado mineiro

A cadeia do café no cerrado mineiro é caracterizada por sua complexidade, tendo em vista a segmentação que vai além da produção de café propriamente dita, com etapas a montante e a jusante deste estágio (Jesus & Ortega, 2012). A partir da figura a seguir, é possível observar sua pluralidade, juntamente da divisão dos setores a montante, agropecuário e a jusante:

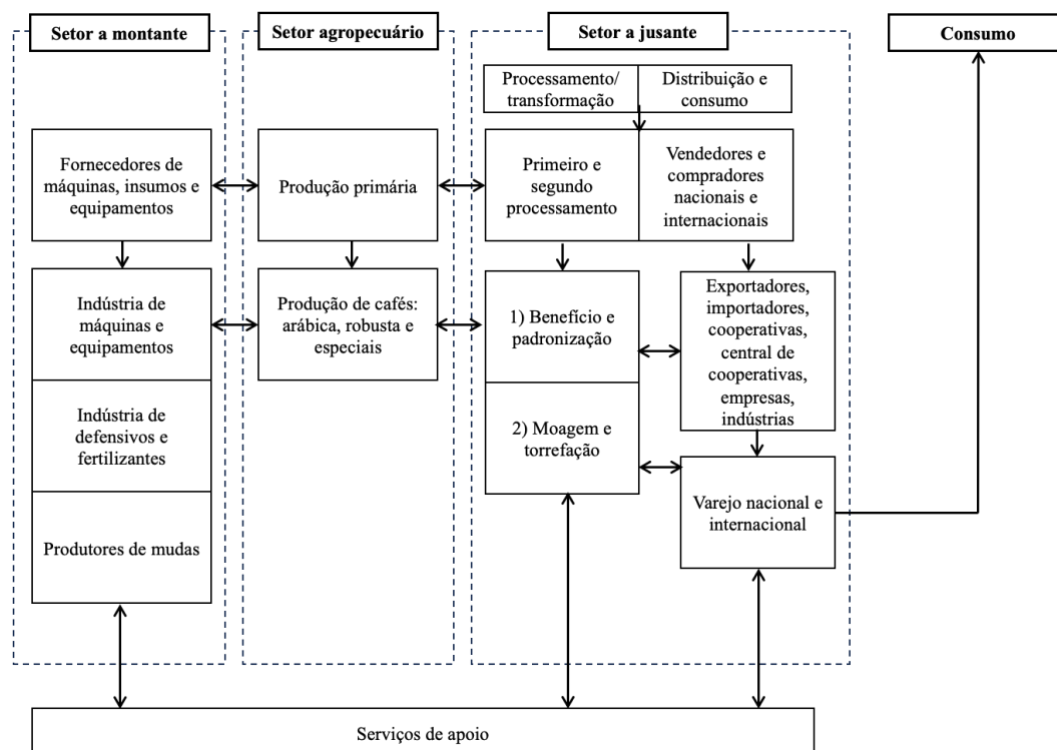


Figura 1 - A cadeia do café no Cerrado Mineiro

### *3.1.1. Setor a montante*

Na produção cafeeira, como demonstrado na imagem, o setor a montante representa o fornecimento de insumos, como máquinas, equipamentos, fertilizantes. É caracterizado por sua concentração em oligopólios e por terem expressiva participação na economia local, tanto por centros comerciais, quanto por polos de produção (Jesus & Ortega, 2012). Diante disso, os autores apontam três diferentes áreas de produção desses insumos:

- 1) Bens de capital, como máquinas e equipamentos, que, mesmo com a necessidade de uma maior técnica e capital investido, é observada a ocorrência na região do cerrado, em cidades como Araguari e Patrocínio. Ademais, é notável a quantidade de oficinas para manutenção e reforma, além da forte presença de centros de comercialização desses insumos;
- 2) Insumos, como defensivos, combustíveis e fertilizantes, que também é percebida a presença de empresas produtoras e fornecedoras destas matérias-primas em cidades próximas, como Uberlândia e Uberaba. No caso da comercialização, além da própria oligopolista, é dada pelo empresariado local, cooperativas da região e postos de combustíveis;
- 3) Produção de mudas, na qual ocorre o manejo de sementes para plantio e replantio, e necessita de trabalhadores temporários ao longo do ano nos viveiros. No caso do cerrado, é notável a presença de grandes viveiros em Patrocínio, Monte Carmelo e Araguari, os quais são responsáveis pelo abastecimento não apenas da região, mas também de outros estados.

### *3.1.2. Setor agrícola*

Também caracterizado pelos autores como "dentro da porteira", é o setor responsável pela produção do café propriamente dita. No caso da região do Cerrado, o foco é dado para a variedade arábica, com maior parte da produção, mas com destaque aos cafés orgânicos e certificados. Além da característica do café, nesta etapa, devem ser analisadas as particularidades dos produtores, que é variada, partindo de mini fundistas até grandes produtores (Jesus & Ortega, 2012).

### *3.1.3. Setor a jusante*

No setor a jusante, Jesus e Ortega (2012) classificam em dois segmentos: processamento/transformação e distribuição e consumo.

O primeiro caso, dado pelo processamento e transformação, é baseado nas modificações necessárias para próxima etapa da cadeia após passar pelo setor agrícola, ou seja, pelas etapas de benefício, padronização, moagem e torrefação dos grãos voltados para o mercado interno e para exportação. O benefício consiste na retirada da casca de café e pode ser realizado de duas maneiras: internamente ou por um prestador de serviço. O fato de ser realizado internamente normalmente é adotado por aqueles produtores que desejam reaproveitar o material retirado, tendo em vista sua função de fertilizantes, mas, para isso, é necessário um espaço físico e máquinas próprias. Já os prestadores de serviço realizam a atividade de maneira móvel com caminhões, chegando até as propriedades (Jesus & Ortega, 2012).

A padronização é a etapa de separação e classificação da qualidade do grão de café, podendo ser realizada nas empresas comerciantes do grão, em cooperativas ou por grandes produtores. Para finalizar a primeira macro etapa, ocorre a moagem e torrefação, responsabilidades de empresas (tanto nacionais, quanto internacionais) e algumas cooperativas, localizadas fora do Cerrado Mineiro em sua maioria, já que o café industrializado não é o foco de comércio da região (Jesus & Ortega, 2012).

Na segunda macro etapa, dada pela distribuição e consumo, a responsabilidade é transferida a aqueles que vendem e compram o produto, como exportadores, importadores, cooperativas, empresas nacionais e multinacionais. Neste caso, há uma alta participação de municípios da região na estocagem e comércio para atingir o varejo e atacado nacionais e internacionais. O consumo final é bastante diversificado, tendo em vista a possibilidade do consumo do produto puro ou misturas, com diferentes preparações e ambientes em que ocorrem essa consumação, seja domiciliar, no trabalho ou em cafeterias (Jesus & Ortega, 2012).

#### *3.1.4. Serviço de apoio*

Os serviços de apoios são essenciais em todas as etapas da cadeia produtiva do café e são responsáveis pelos resultados expressivos da região na produção do grão mundialmente. Diante disso, é importante destacar os institutos de pesquisa e desenvolvimento, como a Epamig e Emater; as revendedoras de máquinas, equipamentos e insumos de maneira geral,

que oferecem assistência e são importantes para a modernização do setor; profissionais autônomos e empresas que idealizam projetos agrícolas; a rede de transportes, responsável por diversas formas de deslocamento, seja do próprio produto, mas também de trabalhadores; além disso, os próprios produtores podem ser apoio, ao alugar máquinas que adquiriram; por fim, o setor bancário é importante na concessão de crédito e oferecer serviços de seguros (Jesus& Ortega, 2012).

### **3.2. As cooperativas no Cerrado Mineiro**

Anterior aos anos 90, o território do cerrado mineiro era destinado a criação de gado e a uma parcela da produção cafeeira do Brasil, que é incomparável com os resultados atuais da região. Nos anos 90, surge uma nova forma de organização entre os produtores, conhecida como CACCER (Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado), que inicia com o objetivo de valorizar o café do cerrado. Com essa nova organização, passa-se a existir ações estratégicas, de comunicação e de assessoria técnica e comercial aos produtores (Saes & Jayo, 1997).

Em conjunto com a CACCER, o movimento das cooperativas de produtores passa a ter uma maior visibilidade na região, que, no primeiro momento, foram essenciais no auxílio em tópicos produtivos e comerciais e, posteriormente, se tornaram incentivadores de ações políticas organizacionais, essenciais na ampliação de mercados (Saes & Jayo, 1997). As organizações de cafeicultores foram peças importantes em conquistas do setor, como o destaque a atributos geográficos e na coordenação na obtenção de certificação para os produtores da região (Perosa, Jesus & Ortega, 2017).

Atualmente, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, Região do Cerrado Mineiro (anteriormente CACCER), é formada por sete cooperativas: Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba (Coopadap), Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba (CARPEC), COAGRIL, Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado da Região de Carmo do Paranaíba (CARMOCER), CooCACER Araguari, Expocaccer e MonteCCer. De acordo com o site da RCM, juntas, correspondem a 12,7% da produção nacional e 25,4% da produção do estado de Minas Gerais (Cerrado Mineiro, 2024).

### **3.3. Organização e coordenação da cadeia produtiva de café no cerrado mineiro**



No seu princípio, a produção de café no Cerrado Mineiro foi intensamente estimulada por políticas governamentais, principalmente com o fomento da pesquisa e desenvolvimento de novas técnicas de cultivo. Todavia, com a crise do setor dada as políticas liberalizantes nos anos 90, como o fim do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o fim de acordos internacionais, exigiu da região uma nova organização e regulação privada. Essa nova organização deu início a uma intensificação do associativismo rural brasileiro, provocando uma organização maior a partir de características em comum, como o produto e a região (Jesus & Ortega, 2012).

No caso do Cerrado Mineiro, a fundação do CACCER é relacionada a estratégia de comercialização da produção, advinda de ações de marketing, a qual foi responsável pelo estabelecimento da marca, que atualmente é conhecida como Região do Cerrado Mineiro, que também foi definida como uma denominação de origem. Diante disso, há uma coordenação entre diversas cooperativas e associações da região (Jesus & Ortega, 2012).

Dentre os objetivos da organização, é possível citar a representatividade em diversos âmbitos, como o político, comercial, sociais, de pesquisa e marketing (Jesus & Ortega, 2012). Além da representatividade, as cooperativas representam uma maior oportunidade de dominar a cadeia vertical da produção, passando por diversas etapas da cadeia, como o ensacamento, a estocagem em armazéns, já que a região conta com sete credenciados, a distribuição e exportação, com nove exportadores credenciados. Ademais, observa-se uma análise da junção horizontal de produtores de café, os quais buscam uma maior expressividade para garantir um maior espaço político, de mercado e compartilhamento de técnicas, contando com sete associações e cooperativas. (Região DO Cerrado Mineiro, 2024)

#### **3.4. Mecanismos de monitoramento na produção de café**

Na transação de cafés *commodity*, a mensuração e o monitoramento dos atributos são considerados menos custosos para o produtor, tendo em vista que ocorre no mercado *spot* ou mercado futuro. Ou seja, são transações realizadas no mercado de bolsa e ordenadas pela oferta e demanda dos produtos. A transação não leva em consideração os atributos de qualidade e não necessitam de estruturas de governanças mais elaboradas. Além disso, essa troca é realizada através de um contrato único e comum para todos que transacionam nesse mercado, sem especificidades. Nesse caso, os consumidores têm acesso a informações de maneira prévia, através dos contratos (Barzel, 1982; Perosa, 2007).

No caso dos cafés especiais, atrelados a ideia de bens de crenças, surge a necessidade de governanças específicas para o bom funcionamento da cadeia produtiva do café, a fim de diminuir a assimetria de informações, como é o caso do monitoramento por terceira parte. Assim, ocorre uma alocação de parte dos dispêndios para os mecanismos de monitoramento. Sua adoção é importante para que não ocorra a negligência de atributos valorizados pelo consumidor, bem como sua veracidade e cumprimentos de pontos acordados e esperados em determinada transação (Perosa, 2012).

As certificações podem ser consideradas como uma tentativa de especificar e padronizar os direitos de propriedade de uma transação de bens, principalmente no caso de bens de crença, já que necessitam da informação prévia para o consumidor. Um benefício desta padronização é um aumento da eficiência de determinada transação, pois são essenciais na comunicação. Isso facilita trocas e reduz custos de informação, tendo em vista que ocorre uma maior especificação na troca, fator característico das certificações (Barzel, 2001; Perosa, 2012).

#### **4. AS CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS**

Conforme apresentado anteriormente, as certificações desempenham o papel de padronizar e ser a auditoria necessária para produção de produtos considerados "bens de crença", tendo em vista a complexidade para mensurar suas informações, tais como a maneira que foram dadas as relações trabalhistas nas propriedades e como ocorreram as práticas ambientais de preservação. A seguir, serão abordados pontos como o histórico relacionado a essas certificações, os principais selos e como são utilizados na cafeicultura da região.

As certificações socioambientais surgem a partir das reivindicações de movimentos ambientalistas e sociais, além da pressão por parte das novas tendências de consumo de importados de países tropicais na Europa e Estados Unidos. Com a Rio-92 e a Agenda 21, passam a existir tratativas que buscassem conciliar o desenvolvimento econômico e a questão socioambiental. Nesse sentido, as certificações socioambientais representam o esforço aliar os dois tópicos. Por meio da diferenciação de produtos que comprovam a adequação a procedimentos sustentáveis, produtores podem acessar novos mercados, auferir prêmios no preço, bem como diferenciar seus produtos junto aos consumidores, pela redução das

assimetrias informacionais (Alves, Ferraz & Pinto, 2008). De maneira geral, as certificações são definidas a partir de seu tipo, caráter de adesão e natureza da auditoria.

No que tange ao tipo, as certificações são diferenciadas em três modos, considerando seu principal foco. As certificações de produtos ou serviços são direcionadas ao modo de produção e fornecimento que se baseiam em requisitos definidos. Já as certificações de sistemas de gestão buscam padronizar a gerência de entidades envolvidas na produção ou oferta de serviços. Por fim, as certificações com foco em pessoas evidenciam habilidades, conhecimentos teóricos ou práticos e experiências (Molina, 2010).

Ao que se refere a adesão, é caracterizado de dois modos: voluntário ou compulsório. O primeiro caso busca vantagens competitivas, garantia de permanência ou expansão de mercados e adequação a normas voltadas para valores éticos. Quanto à adesão compulsória, tem como objetivo o cumprimento de legislações as quais priorizam e buscam a padronização de normas acordadas para atender interesses nacionais ou de um grupo expressivo de pessoas (Molina, 2010).

Por fim, a natureza da auditoria é distinguida em três tipos. No caso da certificação de primeira parte, é baseada em uma autodeclaração que atesta o cumprimento de normas e procedimentos. A certificação de segunda parte tem sua auditoria realizada por alguém externo à entidade certificada, mas que não é completamente independente, como é o caso de compradores. As certificações de terceira parte envolvem um agente independente, detentor de um entendimento aprofundado e especializado, apto a avaliar as exigências que devem ser cumpridas (Molina, 2010). As certificações de terceira parte são as mais comuns em produtos agrícolas.

Para assegurar os benefícios citados anteriormente, é desejável que as certificações socioambientais atendam a características, fazendo com que o processo se mantenha confiável e com credibilidade. Assim, deve-se assumir a adesão do tipo voluntário, demonstrando a proatividade quanto aos princípios econômicos, sociais e ambientais defendidos; a auditoria de terceira parte, que objetiva a imparcialidade e legitimidade; e, por fim, a transparência na definição das normas, para atender os interesses da comunidade (Molina, 2010).

#### **4.1. Principais certificações**

As certificações socioambientais representam uma maneira expressiva dos produtores de café se adequarem a práticas que mitigam condições precárias de trabalho e envolvendo as questões ambientais. Diante disso, considera-se importante avaliar a particularidade das certificações mais relevantes no meio do café, tanto no âmbito social, quanto no ambiental.

##### *4.1.1. Rainforest Alliance*

Aplicada em produções de produtos como café, banana e cacau, a certificação tem como objetivo aplicar práticas de conservação ambiental e desenvolvimento humano no cultivo (Palmieri, 2008). Diante disso, espera-se que aqueles adeptos à certificação estejam alinhados com a proteção florestal, climática e de direitos humanos.

Em relação às florestas, as boas práticas e requisitos são referentes a expansão da área agrícola para as florestas, proteção de florestas nativas e contribuindo para a qualidade do solo e, conseqüentemente, saúde das árvores e rios. Quanto ao clima, as normas são voltadas a métodos com menos emissões e treinamentos para os produtores se tornarem mais flexíveis em situações de secas e erosão. Além disso, existem normas voltadas para o trabalho infantil, forçado, com más condições, salários baixos, desigualdade de gênero e avanço para áreas de terras indígenas (Rainforest Alliance, 2024).

##### *4.1.2. Certificação orgânica*

No Brasil, a Lei 10.831/2003 define produções que estão aptas a utilizar do selo Orgânico. Seu objetivo é voltado para a otimização ao utilizar recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, e à integridade cultural das comunidades rurais. Diante disso, suas normas são pautadas na isenção de produtos contaminantes, preservação e reposição de diversidade biológica, manutenção de um solo, água e ar saudáveis. (Planalto Gov, 2024)

Para um produto ser considerado orgânico, deve passar por um dos três mecanismos de garantia de qualidade: auditoria, participativa ou possuir vínculos com organizações de controle social. Esse certificado tem a validade de um ano e, a depender da produção certificada, sua inspeção pode ocorrer semestralmente. Ademais, para renovar, o produtor deve solicitar previamente, em um período anterior ao fim da vigência. Na renovação, são

consideradas as mesmas etapas de uma certificação inicial, que não possui tempo estimado e é gratuito (Gov, 2024).

#### 4.1.3. *Fairtrade International*

A certificação *Fairtrade International (FLO)* tem como objetivo a mensuração de atributos sociais na produção agrícola, promovendo trocas comerciais com mais equidade, baseadas em transparência e respeito. Buscando um comércio mais justo, a certificação possui normas baseadas em uma transparência na cadeia produtiva, oferecimento de treinamentos e informações de mercado aos produtores, práticas de preços justos, fomento da organização dos produtores em cooperativas e organizações. Quanto ao trabalho, é voltado para a segurança, dignidade e proibição dos trabalhos forçados e infantis. Além disso, os produtores devem cumprir legislações nacionais internacionais, como as normas ambientais e trabalhistas (Fairtrade, 2024).

A FLO adota a política do "*Fairtrade Minimum Price*", que consiste em um preço mínimo para o produto ser comercializado, de forma que torne a produção sustentável financeiramente. Além de ter a precificação de seu produto acima do mercado, os produtores que aderem a certificação são beneficiados com o "*Fairtrade Premium*". Esse prêmio é uma quantia repassada com o intermediário de organizações de pequenos produtores e tem seu destino definido de maneira democrática em assembleias. Diante disso, pode beneficiar a comunidade em diversos âmbitos, como saúde, educação e melhorias de produção (Fairtrade, 2024).

#### 4.1.4. *Starbucks C.A.F.E. Practices*

As Práticas de Equidade na Produção de Café (*Coffee and Farmer Equity - C.A.F.E.*) tem como objetivo monitorar produtores que fornecem café para a Starbucks, buscando práticas sustentáveis em quatro áreas: qualidade, responsabilidade econômica, social e liderança ambiental (Starbucks,2024).

A responsabilidade econômica é baseada principalmente na transparência e ocorre pelo envio de comprovantes com pagamentos feitos por toda a cadeia produtiva. Quanto à questão social, são adotados pontos que impulsionam o trabalho seguro e justo, com salário-mínimo e ausência do trabalho infantil e forçado. A liderança ambiental é dada por pontos como gerenciamento e manuseio de lixo, proteção e conservação à água e energia,

preservação da biodiversidade e mitigação de uso de agroquímicos. Neste caso, apenas os requisitos sociais e ambiental são examinadas por avaliadores terceiros (Starbucks,2024).

#### 4.1.5. Nespresso AAA

Programa criado pela Nespresso em conjunto com a Rainforest Alliance, o Programa Nespresso AAA de Qualidade Sustentável tem como objetivo fazer com que a marca seja possibilitada de rastrear o café adquirido para seu produto. O programa é baseado em três pilares: qualidade, produtividade e sustentabilidade. O primeiro é dado pelo estímulo aos produtores em produzir cafés com mais qualidade, promovendo acesso a novos mercados. A segunda é relacionada a fatores como a gestão econômica e melhorias que tem objetivo de aumentar a produtividade. A sustentabilidade prezada pela certificação é referente a boas práticas sociais e ambientais, que incentivam *agroforestry*, proteção do solo e proteção da biodiversidade (Sustainability Nespresso, 2024).

#### 4.1.6. Certifica Minas Café

Além das certificações privadas apresentadas, é importante destacar a certificação estadual de Minas Gerais, que possui especificações para cerca de 12 produtos, dentre eles, o café. Instituída a partir da Lei nº 22.926/2018, a certificação tem como objetivo a melhoria da gestão agroindustrial, conscientizar e otimizar o uso de recursos naturais, promover condições competitivas e de ampliação de mercado, e gerar emprego no estado. A certificação é gratuita para agricultores familiares declarados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e baixo custo para médios e grandes produtores (Agricultura MG Gov, 2024).

No caso do café, a norma é constituída por 106 requisitos, tais como a conservação do solo e água, cumprimento de normas sociais e ambientais, registros do processo produtivo, utilização consciente de insumos e a diminuição no uso de pesticidas. A auditoria da certificação é realizada por um auditor do IMA através de entrevistas, amostragem, análise de registros e visualmente (Agricultura MG Gov, 2024).

#### 4.1.7. Regenagri

Voltado para a agricultura regenerativa, o selo tem como objetivo garantir melhores práticas relacionada ao armazenamento de carbono e à saúde do solo e qualidade de vida para quem o utiliza. Diante disso, há o foco na redução de emissão de gases do efeito estufa e no potencial dos solos sequestrarem CO<sub>2</sub>, impulsionando o mercado de crédito de carbono. Assim, com a implementação das práticas, ocorre uma melhora na biodiversidade local e aumento de capital, além do acesso a uma nova forma de financiamento por meio do *Green Finance Market* (Regenagri, 2024).

Quanto às normas e padrões, são pautadas na limitação do uso de insumos artificiais e na tentativa de mimetizar um ecossistema natural nas práticas de agricultura. Com isso, a Regenagri define princípios chaves, os quais são constantes independentemente da localidade: limitação da perturbação e alteração do solo, com práticas que reduzem erosão, maximiza a biodiversidade, aumenta a capacidade de ciclagem dos nutrientes e retém água; cobertura do solo, que busca diminuir emissões de CO<sub>2</sub> e escoamento no sistema de água; manutenção de raízes vivas no solo, que auxiliam na ciclagem de nutrientes e ajudam na retenção de água (Regenagri, 2024).

#### **4.2. As certificações na cafeicultura brasileira**

Como apresentado anteriormente, as certificações são utilizadas como mecanismo de monitoramento na produção de café, além de proporcionar uma valorização do produto. O Brasil possui registros de ocorrências de certificações na cafeicultura brasileira a partir dos anos 1990, em que há início das exportações de cafés com certificação orgânica e, por um tempo, foi considerada a única. Na crise do café dos anos 2000, teve um maior destaque, tendo em vista que os produtores a buscaram como uma saída para terem elevação nos preços, o que não teve efetividade comprovada (Moreira, Fernandes & Vian, 2011).

A certificação *FairTrade* passa a ter exportações de café com o selo advindas do Brasil a partir de 2003, mesmo que a preparação tenha começado em um momento prévio, em 1997. Há cerca de 20 anos na produção brasileira, surgiu na Holanda em 1989, e teve o café como o primeiro produto a ser certificado (Moreira, Fernandes & Vian, 2011).

Em 1998, a certificação *Rainforest Alliance* tem sua origem a partir de um acordo entre organizações não governamentais do Brasil, Costa Rica, Colômbia, El Salvador, Equador, Estados Unidos. Seu objetivo principal é associar a conservação ambiental em produção de commodities agrícolas de países tropicais, como banana, cacau e café, tendo o último com maior área certificada (Moreira, Fernandes & Vian, 2011).

Além das certificações privadas, o Brasil apresenta uma certificação pública estadual, o Certifica Minas, que é o programa de Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei Estadual Nº 22.926, de 12 de janeiro de 2018. Com escopos direcionados a produção de algodão, azeite, cachaça, café, carne bovina, frango caipira, queijo minas, frutas, hortaliças, leite e mel, possui o objetivo de assegurar a qualidade e sustentabilidade dos produtos do estado, buscando incentivar a certificação, tendo em vista seu menor custo (Certifica Minas, 2024).

Outro ponto importante, são as denominações de origem, também conhecida como indicações geográficas, registradas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A partir do cumprimento de regras da região, que são referências na produção cafeeira do país, os produtores recebem a denominação de origem. Atualmente, pode-se citar o Caparaó, Matas de Rondônia, Mantiqueira de Minas, Montanhas do Espírito Santo e Região do Cerrado Mineiro (Gov, 2024).

No caso da Região do Cerrado Mineiro, para que possam utilizar o selo de denominação de origem, os produtores devem cumprir uma série de obrigatoriedades, como a altitude mínima de 800 metros, o cultivo de café arábica, atingir no mínimo 80 pontos de qualidade na metodologia da SCAA, ter boas práticas e respeito às leis brasileiras mediante assinatura de um termo, e utilizar apenas a sacaria oficial, que é identificada com o selo. Neste caso, são utilizados métodos e protocolos da SCAA para realizar uma avaliação sensorial e o Sistema de Rastreabilidade, Selo de Origem e Laudo de Qualidade para certificar a origem (Cerrado Mineiro, 2024).

O consumidor final é influenciador de como é dada a dinâmica de mercado e, no caso do café, não é diferente. Dentre as principais exigências, pode-se citar a sustentabilidade e a maneira que é dada as relações de trabalho em uma produção do café. Com isso, é possível identificar uma expansão no mercado de cafés certificados, que buscam garantir características relevantes para o consumidor. Diante da situação, é possível dizer que as motivações dos produtores em adotar certificações vão além da redução das assimetrias informacionais e do oportunismo, mas também para acompanhar uma tendência mundial de consumo (Byers & Liu, 2008; Castro Junior, 2012).

Nesse sentido, as certificações podem assegurar os produtores em sanções externas, de países consumidores do café brasileiro. Como é o caso da Europa, que aprovou a lei



vetando a importações de produtos advindo de áreas de desmatamento após 2020. Com isso, as exportações do Brasil devem obedecer à exigência e as certificações podem ser consideradas um meio de assegurar que o produto está apto a exportação (Senado Federal, 2024).

## **5. ESTUDO DE CASO: MOTIVAÇÕES PARA ADOÇÃO DE CERTIFICAÇÕES POR PRODUTORES DA COOCACER ARAGUARI**

O presente estudo de caso busca explorar as percepções dos cafeicultores entrevistados, tanto os certificados, quanto os não adeptos, com o objetivo de analisar as motivações intrínsecas que influenciaram essa decisão. Ademais, ao detalhar a entrevista realizada com a diretora executiva da Coocacer Araguari, surge o propósito de compreender a ótica da cooperativa sobre as certificações, bem como suas potencialidades no âmbito regional e mundial. Assim, a análise é voltada, de forma geral, para o entendimento dos desafios e oportunidades que envolvem o mercado de café certificado na cooperativa araguarina e na Região do Cerrado Mineiro.

### **5.1. A Cooperativa**

A Coocacer Araguari, cooperativa de cafeicultores da região da cidade mineira de Araguari, foi criada em 1993 com o objetivo de proporcionar oportunidades que visam a sustentabilidade do negócio dos cooperados. A fim de atingir este objetivo, a cooperativa atua na construção e desenvolvimento de parcerias e ações de relacionamento e na promoção de melhoria dos processos da cadeia de café, como no armazenamento, produção, preparo e comércio. Além disso, a cooperativa é membro da RCM, fazendo com que seus cooperados sejam beneficiados pela denominação de origem da região (Coocacer Araguari, 2024).

Dentre as ações para melhoria e impulsionamento da cultura da qualidade, a Coocacer possui um laboratório, para análises de amostras de café que passam pela cooperativa, que conta com a certificação ISO 9001:2015 (Coocacer Araguari, 2024). Ademais, após a finalização da safra do ano, acontece o “Concurso Cafés de Qualidade”, organizado pela cooperativa e que visa provocar a competitividade entre os cooperados. Nele, o produtor pode inscrever um lote de sua safra para concorrer com os demais cooperados. A partir disso, são escolhidos finalistas para disputarem o café de melhor qualidade e práticas sustentáveis, em que o vencedor compete com outras cooperativas participantes da Região do Cerrado Mineiro e além de ter seu café vendido a um preço diferenciado (Coocacer Araguari, 2024).

## 5.2. Entrevistas

Para compreender a maneira que a Coocacer atua e sua visão a respeito das certificações, foi realizada uma entrevista com a diretora executiva da cooperativa (Anexo A). Nela, foram discutidos assuntos como o início da demanda por certificações por cooperados, mecanismos utilizados pela Coocacer para facilitar a adoção por produtores, o apoio dado para manutenção do selo, o estímulo dado a cafeicultores não certificados e como é realizada a atualização constante de assuntos voltados para o tema.

Com o objetivo de analisar perfil dos cooperados da Coocacer que adotam as certificações socioambientais, foram realizadas entrevistas com quatro produtores (Anexo A), em que dois optam pelas certificações e outros dois que não possuem certificações, apenas a denominação de origem atrelada à cooperativa.

Nelas, no primeiro momento, foram abordados temas gerais como a idade, geração familiar da produção, escolaridade e acesso a informações sobre as certificações e tendências de mercado. Posteriormente, para aqueles com perfil de adeptos, foram apresentadas questões relacionadas a adoção de certificações, bem como suas motivações, impactos, desafios no processo, auxílio da cooperativa e visão sobre o futuro. No caso daqueles que não têm certificações, o principal ponto de análise foi a motivação para não adoção, se foi observada a perda de mercados ou prêmio de preço e os se há algum desafio a partir da decisão.

TABELA 1 - SÍNTESE DO PERFIL DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS

<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Geração familiar da produção</b>	<b>Certificações</b>	<b>Gênero</b>
44 anos	Superior completo	Segunda	Rainforest e C.A.F.E. Practices (Starbucks). Em processo para obter a Regenagri	Masculino
38 anos	Superior completo	Segunda	Rainforest	Masculino
38 anos	Superior completo	Segunda	Não possui	Masculino
61 anos	Médio incompleto	Primeira	Não possui	Masculino

Fonte: Elaboração própria

### **5.3. Entrevista com a diretora executiva da Coocacer**

O processo de certificações no Brasil foi lento até o ano de 2010 e, no início, representava um nicho de mercado com poucas empresas compradoras. Após maior dinamização do processo, ocorreu a ampliação da demanda e da quantidade de empresas que passaram a operar nesse meio, focando principalmente nos Estados Unidos e na Europa. É nesse momento que a Coocacer passa a observar uma maior demanda de produtos certificados, vindo principalmente do mercado e de seus parceiros, fazendo com que iniciasse a campanha para incentivar os produtores. Atualmente, as informações sobre novas certificações advêm do mercado externo, fazendo com que a cooperativa se prepare e prepare o produtor para atender o mercado de forma rápida, inclusive se destacando ao ser pioneira em algumas certificações

A Coocacer adotou mecanismos que buscam facilitar a adoção de certificações por parte dos cooperados, seja no processo inicial, como na manutenção das normas ao longo do tempo. Como exemplo, foi citada a criação de um departamento próprio com funcionários especializados no processo, a parceria com Sebrae para disponibilizar consultores especializados aos cooperados, a formação de grupo de produtores para reduzir os custos e a realização de fóruns, palestras e workshops relacionados ao tema. No caso da manutenção das normas, destaca a necessidade do incentivo comercial através do prêmio da certificação pois o retorno financeiro é a maior motivação para os produtores prosseguirem. Por parte da cooperativa, esse incentivo e apoio ocorre através de um departamento comercial que acompanha ofertas e movimentações de preço

Para além dos indicativos de oportunidades de mercado com melhores preços, como estímulo para que cafeicultores não certificados passem a adotar as certificações, a cooperativa busca demonstrar a importância desse processo na melhoria do gerenciamento da fazenda e na mitigação de riscos trabalhistas e acidentes, visto que há processos claros e exigem treinamentos constantes. Ademais, estendem a necessidade para o fato de que acreditam que a segurança alimentar e a rastreabilidade são tendências mundiais, não apenas no mercado de café, mas de produtos em geral.

Diante disso, a entrevistada reforça que, futuramente, não apenas o café, mas os produtos alimentares precisarão da rastreabilidade em sua produção, localização e condições no processo. Diante disso, as certificações são uma alternativa para garantir essa segurança.

Além disso, defende que, com o avanço de novas ferramentas de tecnologia, o processo possa se tornar mais simplificado ao comparar com a atualidade, que pode sobrecarregar e desestimular produtores. Mesmo que o aumento do número de produtores certificados possa gerar um menor prêmio, acredita que será um processo mais inclusivo, centrado nos aspectos relevantes de sustentabilidade ambiental, social, econômica e governança, mas, principalmente, com uma rastreabilidade mais eficiente.

Quanto a visão de futuro, sobre os produtos e sua rastreabilidade, é possível exemplificar através da nova política "*European Union Regulation for Deforestation-Free Products* (EUDR)". Nela, são estabelecidas regras voltadas para redução dos impactos em desmatamento e degradação das florestas pelo continente europeu. Com isso, dentre as três principais regras estabelecidas, uma diz respeito a importação e consumo de produtos que contribuíram para o aumento de área degradada e impacto ambiental. Na lista estabelecida pela União Europeia (UE), o café está presente, ou seja, para que o produto brasileiro continue a ser comercializado para a região, deve estar adequado ao exigido. A implementação dessa política na UE acontece com países e empresas parceiros para garantir a transição para cadeias de suprimentos livres de desmatamento (European Commission, 2024).

As informações coletadas indicam que a cooperativa analisada busca elevar a coordenação do segmento agrícola, facilitando o processo de certificação. A partir de 2010, observa-se o aumento na demanda de produtos com selo, o que faz com que a Coocacer iniciasse o incentivo aos produtores para a adequação às normas. Dentre as formas de impulsionamento, a cooperativa criou um departamento próprio para essas certificações. Através dele, ocorre o gerenciamento de grupos de produtores que estão no processo de aquisição do selo ou que já possuem, mas necessitam da manutenção para próximas auditorias. Além disso, disponibiliza consultores especializados através de parceria, realiza eventos e workshops com enfoque na temática. Por sua visão de futuro sobre a rastreabilidade e as certificações, acredita-se que, cada vez mais, terão ações voltadas aos cooperados que buscam se adequar a determinada norma. Por fim, reforça que, além do prêmio de preço, a gestão da fazenda e a diminuição de riscos são benefícios que advém com o processo

#### **5.4. Entrevistas com produtores rurais**

##### **a) Entrevistado 1**

O primeiro entrevistado detém as certificações *Rainforest* e *C.A.F.E. Practices (Starbucks)*, além de estar em processo para obter a Regenagri. O início desse processo foi motivado pelo prêmio, agregando valor ao café, e pela necessidade particular de ter maior participação na gestão da fazenda da família.

No processo da primeira certificação, foram relatados vários desafios, mas que o principal estava ligado a mudança da cultura dos funcionários, que já acompanhavam a produção anteriormente. Buscando superá-lo, o produtor procurou expor os benefícios que viriam por meio do selo, desmistificando o estigma atrelado ao processo, como a dificuldade e a quantidade excessiva de regras.

O produtor apresenta como principal benefício a melhoria na organização física e na gestão da fazenda, além da maneira que os funcionários passaram a ser mais engajados ao cumprir normas voltadas para esses pontos. Outro fator apontado é o prêmio desse café, o que considera ser um diferencial, já que auxilia nos custos do processo e manutenção da certificação, além de possibilitar a oferta de mais benefícios aos funcionários.

A cooperativa é apontada como fundamental ao oferecer auxílio através de consultoria para o processo da certificação. A Cooacer gere um grupo de seus produtores que foram certificados em conjunto, promovendo assistência para manutenção e adesão a novas normas. Por fim, destaca o papel de custódia do produto, que é realizado pela cooperativa em armazéns certificados de suas dependências. Por ter participado do processo de certificação em conjunto com um grupo, as informações atualizadas sobre as tendências são repassadas principalmente pela cooperativa, que gere o grupo. Além disso, ressalta a importância do departamento de comercialização, o qual veicula informações sobre o mercado em geral e sobre os cafés certificados.

O entrevistado reconhece que as certificações estão cada vez mais presentes no Cerrado Mineiro e acredita que, no futuro, produtores que desejam estar inseridos no mercado, deverão ser adeptos a pelo menos um selo. Isso pelo fato de observar que a demanda do mercado por produtos rastreados e que cumpra uma série de práticas está crescendo em rápida velocidade, e por acreditar que as certificações facilitam o cumprimento de normas estabelecidas por acordos de comercialização entre países. Quanto a denominação de origem, defende que sua principal motivação é agregar valor ao café e ganhar visibilidade e

reconhecimento mundial. E que, apesar de não ter conquistado, está no processo para atingir esse objetivo.

Em síntese, o entrevistado ressalta os desafios enfrentados ao longo do processo de certificação, porém, é notável que foram compensatórios, tendo em vista os resultados de uma melhor gestão. Nesse ponto, ao adentrar nas atividades da fazenda, foi sua principal necessidade, buscando maior controle dos processos. Por ser da segunda geração familiar na produção, pode-se assumir a perspectiva de sustentabilidade do negócio para os próximos anos, fazendo com que busque ferramentas que possam dar mais destaque ao seu produto e que possa manter a produção com um bom gerenciamento. O fator de ser capacitado com cursos na área é influenciador para a construção da visão de que as certificações, futuramente, serão essenciais para inserção no mercado. Além disso, é possível relacionar o fato da primeira certificação impulsionar e desburocratizar o processo para obtenção dos próximos selos. Processo o qual é evidenciado o apoio por parte da cooperativa, através do auxílio em consultorias, dos armazéns certificados e do departamento de comercialização.

#### b) Entrevistado 2

O segundo entrevistado possui a certificação *Rainforest*, a qual optou ao considerar sua relevância no mercado brasileiro e mundial, seguindo os principais quesitos dos três pilares: sociais, ambientais e econômicos. Sua motivação foi dada por estar cumprindo normas socioambientais, atendendo requisitos importantes, e pela premiação do café com a certificação, que é capaz de custear os dispêndios necessários para manter as exigências da organização e gera lucro ao produtor

Quanto ao processo de certificação, acredita que os desafios não foram de grande dimensão. A atitude tomada foi recorrer a parceiros e empresas que pudessem auxiliar na regularização dos principais pontos, como de médicos para saúde dos funcionários. Além disso, foram realizadas capacitações dos funcionários por meio de cursos. Quanto a infraestrutura, ocorreram pequenas melhorias para atender aos requisitos. O produtor acredita que o processo ter sido menos dificultoso foi dado pelo fato de que a fazenda já seguia grande parte do que é exigido pela certificação.

Como melhoria após a certificação, é apontado um maior valor agregado ao produto, com prêmio satisfatório, além de aumentar a procura para algo que não é comercializado por

todos os produtores, ou seja, há uma maior probabilidade de venda. No que tange ambiente da fazenda, são perceptíveis as melhorias, como a organização do espaço físico e a capacitação dos funcionários de acordo com a especificidade do trabalho realizado por cada um. O produtor compreende que houve uma melhor estruturação da fazenda em quesitos ambientais, sociais e econômicos, como por exemplo treinamento de funcionários e prêmio em cima do valor do café, citados anteriormente, e o melhor manejo, destinação de resíduos produzidos e preservação de reservas ambientais. Ademais, ressalta outro benefício, justificando que as certificações atestam em meios legais e o resguarda quanto cumprimento de leis, como a questão das reservas e a garantia de boas práticas trabalhistas.

O papel da cooperativa no processo também foi ressaltado, especialmente pela gestão do grupo de cooperados buscando a certificação, com o apoio nas principais demandas que possam existir no processo. Além disso, ele destaca a certificação de armazém que a Cooacer possui e o processo de anúncio de vendas nos portais realizado por funcionários da cooperativa, o que mantém parte considerável do processo verticalizado internamente e com maior rastreabilidade. Sobre a comunicação e atualizações sobre novas tendências do mercado, enfatiza os eventos organizados pela Cooacer e por outras cooperativas, o compartilhamento de resultados via mídias sociais, principalmente por meio do WhatsApp por parte da organização araguarina.

Evidencia-se a relevância da denominação de origem para aumentar a visibilidade dos produtos provenientes do Cerrado Mineiro, atrelando a suas especificidades e qualidades. Embora não exista um prêmio por ela, ao oferecer aos consumidores a garantia da procedência do produto, há um estímulo da demanda.

Quanto ao futuro, acredita que a tendência da adoção de certificações deve-se manter. As restrições adicionadas às normas de certificação, como a proibição de novos produtos que possam oferecer riscos ao meio ambiente, pode, de certa forma, dificultar. Mas, acredita que isso pode se tornar um benefício, já que pressiona empresas fabricantes de insumos para produzir itens que não sejam tão agressivos ao ecossistema, o que é uma melhoria para o setor. Além disso, o produtor acredita que o pilar ambiental tem grande potencial para ser mais explorado, impulsionando as práticas sustentáveis na produção.

Em suma, ao se certificar pela Rainforest, ressalta as questões socioambientais e o prêmio de preço como principais motivadores, além do vasto reconhecimento desse selo.

Apesar de ser da segunda geração familiar na produção de café, a fazenda certificada é de sua responsabilidade desde a aquisição. Esse fato pode estar associado a menor dificuldade em se adequar às normas, ao contrário do caso apresentado anteriormente. Quanto às melhorias, ressalta a capacitação dos funcionários e a melhor estruturação nos pilares ambientais, econômicos e sociais. Sua idade mais jovem e escolaridade são fatores que possivelmente influenciam na visão do produtor sobre o futuro das certificações, o qual destaca que a questão ambiental pode ser ainda mais explorada, indicando a abertura a novas práticas e preocupações ambientais, especialmente considerando a crescente conscientização sobre o tema.

No que tange os cooperados certificados, as entrevistas revelaram a percepção de que o processo de adequação as normas e de manutenção foram compensatórios. Para além do prêmio de preço, que é dito como suficiente para a preservação do cumprimento das regras, são enfatizados os benefícios voltados a preservação do meio ambiente e à gestão da propriedade. Por meio da última, há um maior controle da função de cada funcionário, bem como manejo dos recursos financeiros, otimização da utilização de insumos. Ademais, é visto que o papel da cooperativa foi um grande influenciador no processo, principalmente em seu trabalho nos grupos de certificação e na instalação de armazéns certificados, que aumentam a rastreabilidade do produto.

### c) Entrevistado 3

O primeiro produtor não certificado entrevistado reconhece o papel geral das certificações no aprimoramento das especificações e normas. No contexto da cafeicultura, acredita que agrega em questões de organização e logística das propriedades, rastreabilidade do produto, além de reforçar valores éticos, como o trabalho justo e a conservação ambiental. Todavia, no que tange o valor agregado ao produto, acredita que não é expressivo para o mercado interno.

Apesar de ter participado do grupo de produtores certificados da Coocacer, atualmente, optou por comercializar sem os benefícios do selo. Essa decisão foi pautada, em grande parte, por considerar o processo de auditorias anuais moroso. Embora defenda a necessidade de normas na produção, justifica que algumas exigências não se aplicam de maneira prática nas fazendas de pequenos produtores. Produtores os quais, muitas vezes, têm



potencial de produzirem cafés de alta qualidade e podem perder a oportunidade de se destacarem pelo fato de não fazerem parte de grupos de certificações. Ademais, analisa a questão de o prêmio não ser uma porcentagem fixa como outro fator de sua decisão, tendo em vista que não é possível prever em quanto tempo recuperará os gastos do processo. Diante desses apontamentos, considera que pode ocorrer a perda de mercados específicos, mas não identifica a perda de prêmios de preço.

Quanto a atuação da cooperativa, tem seu desempenho como fundamental para incentivar aos seus cooperados o acesso a informações e estudos. Além disso, destaca a incorporação de programas do governo estadual de Minas Gerais no quadro de capacitações da Coocacer, como os que são oferecidos em parceria com o Sebrae e Epamig. Deste modo, são proporcionadas iniciativas educativas que vão além do produtor e atende toda a cadeia da cafeicultura ao fornecer cursos e oficinas sobre práticas sustentáveis e ambientais. Sobre os últimos anos, houve um foco na iniciativa que busca incluir e dar espaço para mulheres que atuam no campo, destacando seu papel na cultura do produto.

Por fim, enfatiza a importância da denominação de origem, que vai além do financeiro. Por ter participado de todo o processo da consolidação da DO, observa que o reconhecimento está aumentando com o passar dos anos. Com essa expansão, observa os benefícios de um maior reconhecimento internacional pelas práticas e pela qualidade do café, reforçando o compromisso do cerrado mineiro "em produzir com excelência e em manter os mais elevados padrões de qualidade".

Nesse caso, as características pessoais do produtor são semelhantes à dos produtores que adotaram certificações. É compreendido que os benefícios das certificações socioambientais são voltados para questões de rastreabilidade, gestão e valores éticos voltadas ao meio ambiente e ao trabalho justo. Todavia, após passar por um processo de adequação às normas do selo, considerou moroso e não compensatório. Além disso, defende que algumas adequações são inviáveis para pequenos produtores e a impossibilidade de prever os ganhos com o selo são fatores influenciadores em sua decisão. Quanto à cooperativa, é importante observar o apoio prestado a totalidade dos produtores, destacando os pequenos produtores, possibilitando o acesso a informações, estudos e capacitações, além de promover iniciativas como oficinas de práticas sustentáveis e maior inclusão de mulheres no meio.

#### d) Entrevistado 4

O segundo produtor não adepto às certificações socioambientais reconhece que possuem um papel crucial na melhoria de qualidade do produto, envolvendo a questão ambiental e social, além de compreender a questão relacionada aos prêmios de preço dessa produção com selo. É observado que existe a tendência de crescimento no número de adeptos, tanto na região como um todo, quanto dentro da própria cooperativa.

Apesar de compreender o que poderia resultar da venda de uma produção certificada, o produtor define o processo como moroso e exaustivo. Essas características estão atreladas, principalmente, às mudanças significativas que devem ser feitas na estrutura física da fazenda, destacando que demanda tempo e utilização de recursos consideráveis. Além disso, mesmo ressaltando que as certificações agreguem no valor do produto comercializado, não observa perdas significativas de mercado. Por fim, destaca que, ao considerar o processo de adequação às normas, julga os prêmios de preços não compensatórios.

No que tange o ambiente da cooperativa, o entrevistado, que é cooperado desde a criação da Coocacer, ressalta a importância do apoio da organização. Em primeiro momento, aponta o suporte de divulgação de informações, por meio de mensagens em redes sociais, que permite o acompanhamento do mercado. Ademais, evidencia como o ambiente físico da cooperativa, ou seja, suas visitas ao local, também são importantes para a troca de informações e conhecimento sobre o setor, tanto em contato com funcionários, quanto com outros produtores. Outro momento em que enfatiza o papel da Coocacer é ao falar sobre a Denominação de Origem. Para o produtor, a cooperativa foi fundamental para maior conhecimento de algo que tem potencial para fazer com que o café da região seja reconhecido e valorizado mundialmente.

O último entrevistado, diante das características pessoais analisadas, é quem mais se destoa. Apesar de compreender os possíveis ganhos com a certificação socioambiental, defende que o processo é moroso, principalmente nas alterações que devem ocorrer na estrutura física da fazenda. Dentre os diversos fatores que podem afetar sua decisão, acredita-se que a idade, o fato de ser da primeira geração de produtores na família e seu nível de escolaridade são, possivelmente, influenciadores. Esses fatores podem influenciar em uma maior oposição a mudanças de técnicas, as quais são praticadas a um longo tempo,

inclinando-se a métodos tradicionais e sendo resistente a inovações e novos processos. Por fim, observa-se o apreço ao papel desempenhado pela cooperativa, levando em consideração a importância do espaço de trocas entre cooperados e funcionários da Coocacer.

Quanto aos cooperados não certificados, nota-se a compreensão da importância das certificações socioambientais, principalmente na questão do prêmio de preço. Todavia, consideram todo o processo de adequação e manutenção como moroso, fazendo com que os retornos financeiros sejam avaliados como não compensatórios, além de que não foi observada nenhuma perda de mercado. Outro ponto apontado é que as adequações necessárias são vistas como inviáveis para produtores com pequenas propriedades. Mesmo nesses casos, é reforçada a importância da cooperativa na capacitação, possibilidade de trocas de conhecimentos e no apoio prestado no meio comercial.

## **6. CONCLUSÕES**

A governança tem papel central no processo de coordenação das transações de produtos agroalimentares. A crescente demanda por informações sobre os atributos desses produtos, demanda estruturas mais complexas que permitam reduzir as assimetrias de informação e assim impulsionar a diferenciação dos produtos. O presente estudo analisou as estruturas de governança utilizadas na cafeicultura, considerando sua capacidade de atender as demandas por monitoramento e diferenciação que vem emergindo nesses mercados.

No caso de cafés comercializados no mercado spot, observam-se produtos sem diferenciação, não necessitando de estruturas elaboradas. Como apresentado, as estruturas de governança estão atreladas, principalmente, a transações que valorizam as especificidades do produto. Diante disso, o produtor, ao se adequar e adquirir uma certificação, busca a diminuição de questões relacionadas a negligência de atributos valorizados pelo consumidor em determinados mercados.

Ao considerar a crescente demanda pelos selos, os novos padrões de consumo e a potencialidade da região do Cerrado Mineiro, o presente trabalho tem sua análise voltada para os principais desafios e oportunidades que produtores da região encontram no processo de aquisição e manutenção das certificações socioambientais, principalmente, no contexto daqueles que estão inseridos em organizações voltadas para uma maior coordenação na

cafeicultura. Nesse caso, observou-se a dinâmica de incentivo às certificações no âmbito da Coocacer Araguari. Com o auxílio de entrevistas com produtores que adotam ou não certificações, bem como com um membro do corpo executivo da cooperativa, buscou-se analisar os principais desafios enfrentados e como a Coocacer vem atuando de forma a facilitar esse processo.

As entrevistas revelam como a cooperativa é reconhecida por parte dos produtores. Independentemente do fato de certificar ou não, os produtores a definem como essencial para a sustentabilidade do negócio deles, que perdura com o auxílio da instituição. Além disso, é observado que as ações da Coocacer tornam possível um maior conhecimento dos cafeicultores a respeito das certificações socioambientais, já que, em ambos os grupos se compreende a importância dos selos. A imagem da cooperativa é atrelada à denominação de origem, vista com potencial de crescimento e como um meio de reconhecimento do café do Cerrado Mineiro no âmbito mundial.

Acredita-se que a relação dos perfis entrevistados com a decisão de ser certificado não seguem um padrão determinado, mas, mesmo com a pequena amostra, é possível perceber fatores que podem ter influência. São observados perfis mais jovens, com um nível maior de escolaridade e sendo representantes da segunda geração familiar na produção ao analisar aqueles que adotam as certificações. Esses perfis foram responsáveis pela iniciativa de adequação aos selos, buscando uma maior visibilidade e sustentabilidade de seu negócio.

Para além do perfil, ao longo da pesquisa, foi observado o objetivo inicial do produtor ao se inserir em grupos de certificação. Aqueles que consideram a importância dos selos apenas no prêmio de preço, consideram como não compensatório. Isso porque o valor é variável e, em alguns casos, ser somente o suficiente para se manter nas normas, como foi apontado pelos produtores certificados. Já esses produtores apresentam objetivos distintos, mesmo considerando a importância do prêmio de preço. Para eles, a questão da gestão e fatores socioambientais foram determinantes em sua decisão, observando um resultado com maior impacto.

Diante disso, a adoção de estruturas de governança elaboradas se concentra naqueles produtores que buscam novos mercados, em que o comprador possui exigências que carecem da rastreabilidade das informações. Por meio da adoção de certificações, o produtor busca a

redução das assimetrias de informação e as problemáticas em seu entorno. No caso daqueles que não adotaram as certificações, suas transações permanecem no mercado spot, o qual não exige estruturas elaboradas. Esses consideram o custo inicial para a adoção do selo como elevado, mas sem a consideração da redução de riscos ao se inserirem em novos mercados e dos benefícios na gestão e organização da propriedade.

Mesmo considerando produtores não certificados não considerem uma perda de mercado, acredita-se que, com a ascensão de políticas voltadas para a importação de produtos com práticas sustentáveis e os novos padrões de consumo, a rastreabilidade da produção será fator determinante para a permanência em determinados mercados em um cenário futuro. Nesse sentido, é vista a potencialidade que o cerrado mineiro pode desenvolver, principalmente no âmbito das cooperativas de produtores. Embora o número de certificações na região seja expressivo, a aliança com a cooperativa é essencial para explorar esse potencial através da intensificação dos esforços voltado às certificações que já vigoram.

Apesar da amostra de entrevistados estar restrita a uma área específica, no município de Araguari, e não ser estatisticamente significativa, acredita-se que as conclusões estão alinhadas com outras pesquisas já realizadas no cerrado mineiro, como é o caso de Ortega e Jesus, 2012. Futuros trabalhos poderiam buscar uma amostra mais representativa de forma a extrapolar os resultados encontrados aqui com outras regiões relevantes na produção de café em Minas Gerais e no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRICULTURA MG GOV. **Certifica Minas Café**. Disponível em:  
[http://www.agricultura.mg.gov.br/certificaminas/website/documentos/cartilha\\_cafe.pdf](http://www.agricultura.mg.gov.br/certificaminas/website/documentos/cartilha_cafe.pdf).  
Acesso em: 22 fev. 2024.

AGRICULTURA MG GOV. **Sobre o Certifica Minas**. Disponível em:  
<http://www.agricultura.mg.gov.br/certificaminas/website/index.php/programa-cert/sobre-o-certifica-minas>. Acesso em: 22 fev. 2024.

AKERLOF, George A. **The Market for "Lemons":** Quality Uncertainty and The Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 84, No. 3 (Aug., 1970), pp. 488-500

ALVES F., FERRAZ J. M. G., PINTO L. F. G. **Certificação socioambiental para a agricultura:** desafios para o setor sucroalcooleiro. Piracicaba: Imaflora; São Carlos: EdUFSCar, 2008.

AMARAL, L. F. Certificação: Diferenciação de commodities ou commoditização da sustentabilidade. **Revista Agroanalysis-FGV**, dezembro de 2010.

AZEVEDO, Paulo F. de. **Nova Economia Institucional:** referencial geral e aplicações para a agricultura. *Agric. São Paulo*, SP, 47(1):33-52, 2000.

BARZEL, Y. **Measurement cost and the organization of markets.** *The Journal of Law and Economics*, v. 25, p. 27-48, Apr. 1982.

BARZEL, Y. **Theory of organizations to supersede the theory of the firm.** Working paper. 2001.

BENGTSSON, M., & KOCK, S. (2000). "Coopetition" in business networks - To cooperate and compete simultaneously. **Industrial Marketing Management**, 29(5), 411-426. [https://doi.org/10.1016/S0019-8501\(99\)00067-X](https://doi.org/10.1016/S0019-8501(99)00067-X)

BYERS, A; LIU, P. Private standards in the Value Chain. In: LIU, P. (Ed.). **Value-adding standards in the North American Food Market:** trade opportunities in certified products for developing countries. Rome: FAO, 2008.

CASTRO JUNIOR, L.G.; Calegario, C.L.L.; Carvalho, H.R.; CARVALHO, G. R.. **Fatores determinantes da adoção de certificações socioambientais em propriedades cafeiras.** 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras.

COASE, Ronald H. **The nature of the firm.** In: *The firm, the market, and the law*. Chicago: University of Chicago Press, 1937

COOCACER ARAGUARI. **A Cooperativa**. Disponível em: <https://www.coocaceraraguari.com.br/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

COOCACER ARAGUARI. **Certificações**. Disponível em: <https://www.coocaceraraguari.com.br/iso-9001>. Acesso em: 26 fev. 2024.

COOCACER ARAGUARI. **Noite da Singularidade celebra alcance da qualidade e sustentabilidade dos cafés de Araguari**. Disponível em: <https://www.coocaceraraguari.com.br/post/noitesingularidade>. Acesso em: 26 fev. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. **Regulation on Deforestation-free products**. Disponível em: [https://environment.ec.europa.eu/topics/forests/deforestation/regulation-deforestation-free-products\\_en](https://environment.ec.europa.eu/topics/forests/deforestation/regulation-deforestation-free-products_en). Acesso em: 23 mar. 2024.

FAIRTRADE. **Critério de Comércio Justo Fairtrade para Café**. Disponível em: [https://files.fairtrade.net/standards/Coffee\\_SPO\\_PT.pdf](https://files.fairtrade.net/standards/Coffee_SPO_PT.pdf). Acesso em: 22 fev. 2024.

FAIRTRADE.ORG. **Fairtrade Premium**. Disponível em: <https://www.fairtrade.org.uk/what-is-fairtrade/what-fairtrade-does/fairtrade-premium/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FIANI, R. **Teoria dos custos de transação**. In: KUPFER, D. & HASENCLEVER, D. L. (2002). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Cap. 13. Rio de Janeiro: Campus.

GOV. **Cafés Brasileiros com Indicação Geográfica**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/catalogo-cafes-brasileiros-com-indicacao-geografica#:~:text=Em%20junho%20de%202020%2C%20a,aos%20fatores%20natural%20e%20humano..> Acesso em: 4 fev. 2024.

GOV. **Obter Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GUIMARÃES, A.F.; SOUZA, J.P.; SCHIAVI, S.M.A. **Atributo de qualidade e mecanismos de mensuração no subsistema de cafés especiais no Brasil**: uma revisão de literatura. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, v. 15, n. 2, p. 227 - 252, 2020.

HITT, Michael A.; HOSKISSON, R. D. I. E. R. E. **Administração Estratégica: Competitividade e globalização**. 2. ed. [S.l.]: Cengage Learning Ltda, 2009. p. 3-408.

JESUS, Clesio Marcelino de; ORTEGA, Antonio Cesar. **Café e Território: A Cafeicultura no Cerrado Mineiro**. Campinas: Alínea, 2012.

MOLINA, Natália Sanchez. **Marketing ambiental e certificações socioambientais: uma análise no contexto do etanol brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. doi:10.11606/D.18.2010.tde-09112010-133900.

Moreira, C. F.; Fernandes, E. A. de N.; Vian, C. E. de F. **CARACTERÍSTICAS DA CERTIFICAÇÃO NA CAFEICULTURA BRASILEIRA**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 13, n. 3, p. 344-351, 2011

PALMIERI, Roberto Hoffmann. **Impactos socioambientais da certificação Rainforest Alliance em fazendas produtoras de café no Brasil**. Piracicaba, SP, 2008.

PEROSA, Bruno Benzaquen. **A emergência da governança socioambiental no mercado internacional de biocombustíveis**. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

PEROSA, Bruno Benzaquen. **Novos mecanismos de coordenação no mercado do trigo brasileiro no período de 1990/2005**. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção - UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PEROSA, B. B.; JESUS, C. M.; ORTEGA, A. C. **Associativismo e Certificação na Cafeicultura Mineira: um estudo do Café do Cerrado e do Café da Mantiqueira de Minas**. ECONOMIA ENSAIOS, v. 1, p. 29-64, 2017.

PLANALTO.GOV. **LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm). Acesso em: 21 fev. 2024.

RAINFOREST ALLIANCE. **O que “Certificado Rainforest Alliance” significa?** Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org/pt-br/intuicoes/o-que-certificado-rainforest-alliance-significa/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

RAINFOREST ALLIANCE. **Requisitos de Produção Agrícola**. Disponível em: [https://www.rainforest-alliance.org/wp-content/uploads/2023/02/SA-S-SD-1-V1.3PT-2020-Sustainable-Agriculture-Standard-Farm-Requirements\\_Rainforest-Alliance.pdf](https://www.rainforest-alliance.org/wp-content/uploads/2023/02/SA-S-SD-1-V1.3PT-2020-Sustainable-Agriculture-Standard-Farm-Requirements_Rainforest-Alliance.pdf). Acesso em: 21 fev. 2024.

REGENAGRI. **What is regenerative agriculture?**. Disponível em: <https://regenagri.org/our-initiative/regenerative-agriculture/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

REGIÃO DO CERRADO MINEIRO. **A região**. Disponível em: <https://www.cerradomineiro.org/index.php?pg=regiao#group2>. Acesso em: 25 jan. 2024.

REGIÃO DO CERRADO MINEIRO. **Denominação de Origem**. Disponível em: <http://www.cerradomineiro.org/index.php?pg=denominacaodeorigem#group8>. Acesso em: 25 jan. 2024.



SAES, Maria Sylvia Macchione; JAYO, M. **CACCER**: Coordenando ações para a valorização do café do cerrado. 1997.

SENADO FEDERAL. **Internacional: Parlamento Europeu vota lei contra importação de áreas desmatadas pela UE**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2023/04/19/internacional-parlamento-europeu-vota-lei-contra-importacao-de-areas-desmatadas-pela-ue>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SIMON, H 1978. “**Rationality as Process and as Product of Thought**”. American Economic Review, 68:1-16

STARBUCKS. **Qualidade nos produtos e fornecimento ético**. Disponível em: <https://www.starbucks.com.br/responsabilidade/fornecimento>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SUSTAINABILITY NESPRESSO. **Discover the AAA Sustainable Quality Program**. Disponível em: <https://www.sustainability.nespresso.com/communities/aaa-sustainable-quality-program>. Acesso em: 22 fev. 2024.

WILLIAMSON, Oliver. **Handbook of Industrial Organization**. Vol. 1, pg 135-182. Elsevier, 1989.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Campus, 2006.

## **ANEXO A**

### **Entrevista com a diretora executiva da Coocacer Araguari**

1. Como a Coocacer observou a expansão da demanda por certificações no processo produtivo? Esse processo foi uma iniciativa demandada por produtores ou partiu da cooperativa?
2. Quais os mecanismos utilizados pela cooperativa para facilitar a adoção de certificação nas fazendas dos cooperados?
3. Como é o apoio aos cooperados no processo de certificação e na manutenção após a conclusão do processo?
4. Quais ações por parte da cooperativa que busca estimular que cafeicultores não adotantes de certificações passe a adotar?
5. A cooperativa busca fornecer informações atualizadas sobre certificações e novas tendências de mercado?
6. Qual é a sua visão sobre o futuro das certificações socioambientais na indústria cafeeira do Cerrado Mineiro?

### **Entrevista com produtores certificados**

1. Qual certificação da sua produção? Por que optou por ela?
2. O que motivou adoção de certificações em sua produção de café?
3. Quais foram os principais desafios enfrentados durante o processo de certificação socioambiental e como você os superou?
4. Quais são os principais benefícios que você percebeu ao adotar essas certificações? Ex: qualidade do produto, acesso a mercados, funcionários e preço de venda
5. Como você avalia o impacto das certificações?
6. Qual é a sua visão sobre o futuro das certificações na indústria cafeeira do Cerrado Mineiro?
7. Ocorreu algum auxílio ou ajuda no processo de certificação por parte da cooperativa? Se sim, de que maneira foi estabelecida essa assistência?
8. Sobre a denominação de origem da Região do Cerrado Mineiro, quais principais mudanças observadas?

9. Como é o seu acesso a informações atualizadas sobre certificações e tendências do mercado?

### **Entrevista com produtores não certificados**

1. Qual é a sua visão sobre o papel das certificações no café em geral?
2. Você conhece algum produtor que adota as certificações?
3. Você acha as adaptações dos certificados um processo moroso? Se sim, quais sentidos?
4. Quais os desafios para um produtor adotar certificações?
5. Com as mudanças nos últimos anos do mercado de café, considerando preferência por cafés sustentáveis, você percebe alguma perda de acesso a mercados ou prêmios de preço devido a ter essa produção não certificada de seu café?
6. Normalmente, como a cooperativa te auxilia ao seu acesso a informações sobre as novas tendências do mercado?
7. Você percebe mudanças e as vantagens obtidas com o estabelecimento da denominação de origem da Região do Cerrado Mineiro? Se sim, quais?